



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA GERAL
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL METROPOLITANA II

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL- Metro II

1 Aos onze dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, às 10 horas e 20 minutos, deu-se início na
2 Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo, na Rua Nilo Peçanha, nº110, 13º Andar, centro de São
3 Gonçalo; a sexta Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Regional da Região Metropolitana II do
4 corrente ano, contando com a presença dos representantes da **Secretaria de Estado de Saúde do**
5 **Rio de Janeiro (SES)** Ceres Albuquerque (Representante Titular de nível central na CIR Metro II);
6 Rosemary Rocha (Coordenadora do CGVS – SES); Andrea Lembranza (Coordenadora Regional CIR
7 Metro II) e Daniéster Coelho Braga (Secretaria Executiva CIR Metro II) e; **das Secretarias Municipais**
8 **de Saúde:** Marcia Lait (Gestora de São Gonçalo); Edilson F. dos Santos (Gestor de Itaboraí), Sandro
9 Ronquetti (Suplente Itaboraí), Élio Fernandes (Gestor de Silva Jardim); Tereza C. A. Fernandes
10 (Suplente de Silva Jardim); Omar Luis (Suplente de Niterói); Thais Vidaurre (FMS Niterói); Simone C.
11 Cavalcanti (Subsecretaria de Tanguá) e Janete Valadão (Gestora de Maricá), além de Carla Moura
12 (Coordenadora Estadual do de Qualificação de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de
13 Vigilância em Saúde em Educação Popular em Saúde – Fiocuz) e Irene Leonore (Apoiadora
14 Metropolitana II – SAB/SES). A plenária contou com a presença da representação da SES, de 5
15 Secretarias Municipais de Saúde da Região, sendo 4 Secretários de Saúde (São Gonçalo, Silva
16 Jardim, Itaboraí e Maricá), 3 Suplentes (Niterói, Itaboraí e Silva Jardim) e 1 representante da
17 Secretaria Municipal de Saúde indicado pelo gestor para essa reunião (Tanguá). Ceres Albuquerque
18 dá início à reunião dando as boas-vindas. **PACTUAÇÃO: 1** – Atas das Reuniões Ordinárias de Maio e
19 Junho: Foram aprovadas as atas das reuniões ordinária dos meses de Maio e Junho. **2** – Projeto Olhar
20 Brasil – Silva Jardim e São Gonçalo. **II – APRESENTAÇÃO: 1** – Regulação: Thais Vidaurre, FMS de
21 Niterói, inicia a fala dando um informe sobre a mudança da sede da CIR que está vinculada à
22 mudança da Central de Regulação de Niterói. Relata que ainda não tem data para mudança da Central
23 de Regulação Municipal e conseqüentemente a mudança da CIR fica comprometida, uma vez que a
24 sala que será ocupada pela CIR é atualmente utilizada por um dos setores da regulação. Thais relata o
25 escopo de procedimentos que a Central de Regulação da Metropolitana regula: cardiologia, psiquiatria,
26 Cirurgias Eletivas e endovascular. Explica que após a separação da Central Municipal e Central
27 Estadual, que há anos atuava em Niterói como Complexo de Regulação Regional, a Central Municipal
28 de Niterói decidiu continuar realizando alguns processos, como buscas de vagas de leitos para os



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA GERAL
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL METROPOLITANA II

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL- Metro II

29 municípios da Região, no sentido de evitar um interrompimento abrupto de tal função, mas reforça que
30 é preciso articulação da região para que esses fluxos sejam revistos. Thais acrescenta que, além da
31 busca de vagas de leito, a Central Municipal autoriza os seguintes procedimentos: litrotripsia,
32 cintilografia, PAAF, broncoscopia e PPI de Niterói com a Região Metropolitana II e demais regiões.
33 Reforça que os leitos não são regulados e sim é feito a solicitação de vaga aos hospitais prestadores,
34 os mesmos respondem à Central se podem receber ou não o paciente, ou seja, a Central tem sido
35 uma mediadora entre o solicitante e executante. Com relação ao setor ambulatorial, são reguladas as
36 consultas ambulatoriais realizadas no HUAP. Thais relata que será preciso uma reunião com os
37 municípios da região para que seja redesenhado o processo de regulação na região, onde cada
38 central municipal possa redefinir suas atribuições e as referências regionais sejam repactuadas. Ceres
39 informa que o GT de Planejamento se reunirá no dia 29.07 com a pauta sobre regulação e essas
40 questões podem começar a serem trabalhadas. Thais informa ainda que o POA-HUAP será renovado
41 em Novembro e, é necessário que a região discuta o melhor e mais viável contrato possível. Após
42 ampla discussão, os gestores concordam que é necessário se discutir regulação dos hospitais para
43 que seja possível dar acesso aos pacientes da região e creditam essa discussão ao GT de
44 Planejamento. **2 – NDVS – SES:** Rosemary relata que tem percorrido às regiões do Estado para
45 apresentar às novas gestões a questão do recurso do NDVS. Explica que em 2010 estruturas
46 estaduais de vigilância foram implantadas nas 9 regiões do Estado, os Núcleos Descentralizados de
47 Vigilância em Saúde (NDVS), os mesmos foram equipados com mobiliários cedidos pela SES,
48 veículos cedidos também pela Secretaria de Estado e recursos humanos oriundos do concurso na
49 SES em 2001. A partir dessas implantações, a questão preocupante foi a alocação desses núcleos.
50 Em 2010 foi aprovado em CIB que, os NDVS receberiam um recurso para custeio e esse valor seria
51 depositado no fundo municipal de saúde do município que fosse polo, para que fosse custeado um
52 local para sediar o NDVS, na Metropolitana II o município polo é Niterói e essa alocação ainda não
53 aconteceu. Rosemary relata que existem aproximadamente R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais)
54 no fundo municipal de saúde de Niterói e o NDVS ainda se encontra em uma sala, considerada
55 inapropriada, no Hospital Estadual Alberto Torres. Rosemary acrescenta que em algumas regiões do
56 Estado as estruturas estaduais, como a CIR e Central de Regulação Estadual, ficam alocadas junto



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA GERAL
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL METROPOLITANA II

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL- Metro II

57 com o NDVS e acrescenta que em todas as regiões do Estado os núcleos estão alocados em boas
58 instalações e a Região Metropolitana II ainda apresenta dificuldade com infraestrutura. Márcia Lait,
59 gestora de São Gonçalo, questiona se é possível algum outro município assumir a responsabilidade de
60 ser executor desse recurso para que seja viabilizada uma sede para o NDVS. Rosemary afirma que
61 essa opção é factível, porém deve ser acordado com o município de Niterói, que é o atual polo, e
62 pactuado na CIR. Omar, SMS de Niterói, se compromete em levar essas informações ao seu gestor e
63 na próxima reunião dar resposta sobre tal questão. O ponto de pauta permanece para a próxima
64 reunião, visando esclarecimentos de Niterói. **3 - Programa de Qualificação de Agentes Comunitários de**
65 **Saúde e Agentes de Vigilância em Saúde em Educação Popular em Saúde:** Carla Moura,
66 Coordenadora Estadual do Programa, relata que o programa é o primeiro ato de capilarização da
67 política de educação popular em saúde para ACS e AVS no Estado do Rio de Janeiro. Essa política foi
68 aprovada em julho de 2012 e é sua primeira implementação, o curso tem por objetivo a ampliação dos
69 horizontes destes trabalhadores em relação a práticas educativas mais inclusivas e compartilhadas,
70 incentivando a aproximação entre eles, a trocas de saberes, e a possibilidade da formação de redes
71 de apoio. O Ministério da Saúde vai oferecer: organização do curso; material didático; profissionais
72 instrutores; ajuda de R\$10,00 (dez reais) para refeição e certificação pela Fiocruz. Para isso, os
73 municípios precisam contribuir com: salas de aulas; transporte dos participantes; complementação de
74 ajuda para refeição e liberação dos participantes. Carla relata que cada turma terá mediador (que
75 estará em contato direto com os alunos em todos os momentos presenciais e dá suporte nos
76 momentos à distância); educador em Saúde (que estará em contato direto com os alunos em parte
77 dos momentos presenciais e dá suporte pedagógico para o mediador) e orientador de aprendizagem
78 (que fornecerá apoio e acompanhamento ao mediador e ao educador em saúde). Serão turmas com
79 35 alunos cada. Existe uma estimativa de vagas de: 2.866 Discentes (introdutório); 955 discentes para
80 aperfeiçoamento (um ano depois do final do curso); 27 mediadores; 14 educadores em saúde e 3
81 orientadores de aprendizagem. Carla Moura afirma que a previsão de vagas era maior, mas que após
82 reajuste do Ministério da Saúde das vagas ofertadas em todo o Brasil, esse quantitativo diminuiu e
83 atualmente são 2.866 para todo o Estado do Rio de Janeiro, para a metropolitana II será 525 vagas. O
84 cronograma previsto é: AGOSTO – Seleção de mediadores e educadores populares; SETEMBRO –



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA GERAL
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL METROPOLITANA II

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL- Metro II

85 Formação de mediadores e educadores populares; OUTUBRO – Curso Introdutório/ Sensibilização –
86 Turma 1; NOVEMBRO - Curso Introdutório/ Sensibilização – Turma 2; DEZEMBRO - Curso
87 Introdutório/ Sensibilização – Turma 3; FEVEREIRO A JUNHO DE 2014 – Curso de Aperfeiçoamento.
88 Carla Moura acrescenta que o curso tem duração de um mês, com 4 encontros semanais de 8h, 2
89 horas de conexão na internet e reuniões em equipe para preparação do trabalho final - cada grupo de
90 alunos apresentará o processo reflexivo acerca de sua prática, podendo ser um retrato crítico até a
91 sistematização de uma prática em formato flexível (vídeo, peça teatral, cordel, podcast etc.). Os
92 critérios para distribuição das vagas são: 1. Obrigatórios – Municípios que ofereçam contrapartidas:
93 transporte e liberação dos agentes, complementação de auxílio alimentação, etc; Acessibilidade
94 geográfica considerando as limitações de locomoção da coordenação; 2. Intrínsecos aos municípios:
95 vinculação estável dos trabalhadores (estatutário ou CLT). Carla informa que o número de vagas para
96 a Metropolitana II foi feita a partir do número de ACS, ofertando 15 turmas de 35 alunos, totalizando
97 525 vagas e propõe que os municípios decidam como será feita a distribuição de vagas, sugere o
98 cálculo de proporção do número de agentes em cada município. Élio Fernandes, gestor de Silva
99 Jardim, debate que o cálculo precisa ser justo para que não beneficie municípios maiores em
100 detrimento dos menores. Após ampla discussão, fica acordado que o cálculo será definido pela região
101 e encaminhado à Coordenação do Programa. Além disso, a região entende por unanimidade, que é
102 importantíssima a realização Curso de Qualificação de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de
103 Vigilância em Saúde em Educação Popular em Saúde na Metropolitana II. Fica acordado que a
104 Secretaria Executiva da CIR fará a interlocução entre a Região e a Coordenação do Programa para
105 repasse das informações. **III - INFORMES: 1** - Capacitação em teste rápido triagem sífilis e diagnóstico
106 HIV para Metropolitana II: Nos dias 29, 01 e 02 de Agosto vai acontecer uma capacitação em teste
107 rápido triagem de sífilis e diagnóstico HIV, na PESP em Niterói. **2** – GTS – a) Dengue: Houve
108 mudança de data e ainda não há data agendada; b) Atenção Básica: Próxima reunião vai continuar
109 discussão dos indicadores do PMAQ; c) CIES: Próxima reunião dia 24.07; d) Planejamento Regional:
110 Próxima reunião é dia 29.07, às 14h, na VIPAHE, Niterói. **3** – CT Extraordinária Ampliada Rede de
111 Cuidados à Pessoa com Deficiência: Foi agendada uma reunião CT Extraordinária Ampliada para
112 discussão da Rede de Cuidados da Pessoa com Deficiência: 22/07, de 09h30min as 16 h, na PESP. **4**



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA GERAL
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL METROPOLITANA II

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL- Metro II

113 – Representantes em CT e CIR: Andrea informa ao município de Itaboraí que é preciso rever sua
114 indicação na CT, uma vez que as pessoas oficialmente indicadas não comparecem às reuniões. E
115 Tanguá e Rio Bonito compartilham o mesmo técnico, Luiz Otávio, como titular de CT. Além disso,
116 solicita que o município de São Gonçalo indique suplência na CIR. **5 – POA – HRDV:** Ceres questiona
117 ao município de Silva Jardim se encaminhou ofício para o município de Rio Bonito para participação de
118 Silva Jardim na comissão de acompanhamento do POA-HRDV, conforme acordado na reunião
119 ordinária da CIR Metro II do mês de maio. Tereza informa que o Município de Silva Jardim encaminhou
120 o ofício no dia seguinte à reunião, porém sem resposta até o momento. **6 – Mudança do Perfil do**
121 **Hospital Estadual Prefeito João Batista Caffaro:** Edilson informa que o perfil do hospital será alterado e
122 algumas implicações dessa mudança começa impactar o município de Itaboraí e, pede que essa
123 questão seja esclarecida pelo Estado em reunião da CIR. Não tendo mais assuntos a serem tratados,
124 a reunião foi encerrada e a próxima reunião ordinária da CIR Metro II foi marcada para o dia 15 de
125 Agosto, na Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo. Eu, Daniéster Coelho Braga, secretária
126 executiva da CIR Metro II, lavrei e assinei a presente ata. Niterói, 07 de julho de 2013.